

AJUSTE FISCAL

Para bancos, medidas são fortes, mas necessárias

De acordo com Moreira Salles, a ausência de surpresas é a diferença de pacotes anteriores

CLEIDE SÁNCHEZ RODRÍGUEZ

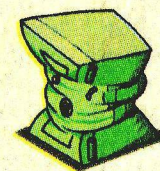
A divulgação do programa econômico, ontem, não surpreendeu alguns dos principais banqueiros do País, que consideraram o ajuste proposto forte, mas possível de ser cumprido. "O importante agora é que seja aprovado o mais rápido possível e para isso, precisa de apoio de toda a sociedade", afirmou o presidente da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) e do Banco Itaú, Roberto Setúbal, acrescentando que as medidas sacrificam todos. No caso dos bancos, afirma, naturalmente, o setor não compartilha de medidas que onerem ainda mais a intermediação financeira — os bancos terão de recolher a Cofins. Mas ele entende que neste momento, não havia muita escolha e era necessária a fixação de um tributo que permitisse rápida arrecadação.

Setúbal, a exemplo de outros banqueiros, observa que precisa ser definida a base de cálculo do tributo, que hoje é aplicado sobre o faturamento das empresas. Para os bancos, seria sobre a receita, mas ele pondera que talvez fosse possível a exclusão dos títulos do governo e das operações de Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Os primeiros, porque acabariam onerando ainda mais o Tesouro Nacional e as segundas poderiam gerar problemas de liquidez.

O presidente do conselho de administração do Unibanco, Pedro Moreira Salles, destacou no anúncio do pacote de ontem o fato de não haver surpresas. "O plano é claro e nada do que foi divulgado antes era



Setúbal: o importante é que o plano seja aprovado rapidamente



**JUROS PODEM
RECUAR SÓ
NO PRIMEIRO
TRIMESTRE**

desconhecido, o que mostra uma mudança qualitativa em relação ao passado". Moreira Salles também ressalta que passo mais importante agora é aprová-lo e isso exigirá do Congresso Nacional (e dos governadores) a compreensão do momento delicado em que se encontra o País para agir rapidamente, pois

"não temos mais a opção do gradualismo".

O presidente do BankBoston, Geraldo Carbone, disse que o pacote cria credibilidade porque está alinhado com as expectativas dos agentes econômicos e do mercado. "O tamanho do programa corresponde a 3% do PIB e não poderia ser menor para se ter um superávit da ordem de 2,6% do PIB", disse.

O passo seguinte, a aprovação do pacote, não vai ocorrer no curto prazo. Por isso, Carbone acredita que

os juros comecem a recuar somente em meados do primeiro trimestre do próximo ano. A partir daí, seguiria uma trajetória gradual de queda, para alcançar os 22% ao ano, que seria a taxa média, proposta pelo governo para 1999.

O presidente do Citibank do Brasil, Alcides do Amaral, destacou que a adoção do ajuste será fundamental para trazer de volta o capital externo. O juro alto, disse, não é mais visto como um atrativo e sim como elemento de risco. A liquidez do mercado internacional diminuiu, os investidores estão concentrados nos papéis mais negociados e não naqueles que remuneram mais. Amaral afirmou que a confiança (e o dinheiro) internacional deverá ser restabelecida depois que o próprio País passe a acreditar no ajuste e isso vai ocorrer quando as medidas forem aprovadas. O pacote de ajuda financeira do FMI será fundamental para que a confiança volte, mas sua aprovação não será de uma hora para outra. "Existe um ritual a ser cumprido, mas depois das medidas ele com certeza virá", disse Bernard Mercier, presidente do Banco CCF.